

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
Total	1.504.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2018	Ordinária		0,11761

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	66.719.583	80.045.047
1.01	Ativo Circulante	6.594.808	7.560.144
1.01.01	Disponibilidades	100	103
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.479.150	7.453.190
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	5.947.408	6.929.777
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	531.742	523.413
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	16.932	17.002
1.01.03.01	Carteira Propria	16.932	17.002
1.01.08	Outros Créditos	98.485	89.849
1.01.08.01	Rendas a Receber	79.095	79.095
1.01.08.02	Diversos	19.390	10.754
1.01.09	Outros Valores e Bens	141	0
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	141	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.423.722	69.908.863
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	57.276.002	69.749.515
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	57.276.002	69.749.515
1.02.07	Outros Créditos	147.720	159.348
1.02.07.02	Diversos	147.720	159.348
1.03	Ativo Permanente	2.701.053	2.576.040
1.03.01	Investimentos	2.701.053	2.576.040
1.03.01.02	Participações em Controladas	2.701.053	2.576.040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	66.719.583	80.045.047
2.01	Passivo Circulante	12.056	179.458
2.01.09	Outras Obrigações	12.056	179.458
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	0	150.450
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	10.188	27.171
2.01.09.04	Diversas	1.868	1.837
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	61.737.269	75.034.756
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	61.598.242	74.897.225
2.02.03.01	Recursos de Debentures	61.598.242	74.897.225
2.02.09	Outras Obrigações	139.027	137.531
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	139.027	137.531
2.05	Patrimônio Líquido	4.970.258	4.830.833
2.05.01	Capital Social Realizado	2.405.982	2.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	2.563.377	2.423.954
2.05.04.01	Legal	481.196	481.196
2.05.04.02	Estatutária	2.082.181	1.942.758
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	899	897
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	899	897

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.120.618	4.302.660
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	1.120.618	4.302.660
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.084.417	-4.238.619
3.02.01	Captação no Mercado	-1.084.417	-4.238.619
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	36.201	64.041
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	117.509	159.227
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-5.742	-5.549
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.742	-2.898
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-17	0
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	125.010	167.674
3.05	Resultado Operacional	153.710	223.268
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	153.710	223.268
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-14.287	-25.011
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-12.027	-20.842
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	-2.260	-4.169
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	139.423	198.257
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,09000	0,13000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	139.423	198.257
4.03	Resultado Abrangente do Período	139.423	198.257

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.578.028	2.395.521
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.101.090	4.273.371
6.01.01.01	Lucro Líquido	139.423	198.257
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-125.010	-167.674
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	2.260	4.169
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	1.084.417	4.238.619
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.476.938	-1.877.850
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	12.465.184	-2.090.075
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	68	-30
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	591	252.519
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	12.785	-36.310
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-1.690	-3.954
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.560.400	-11.568.398
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	-14.383.400	-11.568.398
6.03.02	Dividendos Pagos	-177.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-982.372	-9.172.877
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.929.880	58.825.065
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.947.508	49.652.188

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	2.423.954	0	897	4.830.833
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	2.423.954	0	897	4.830.833
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	139.423	0	139.423
5.05	Destinações	0	0	0	139.423	-139.423	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	139.423	-139.423	0	0
5.05.03.01	Reserva Estatutária	0	0	0	139.423	-139.423	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2	2
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	2	2
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	2.563.377	0	899	4.970.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.405.982	0	0	1.797.502	0	886	4.204.370
5.03	Saldo Ajustado	2.405.982	0	0	1.797.502	0	886	4.204.370
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	198.257	0	198.257
5.05	Destinações	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.05.03.01	Reserva Estatutária	0	0	0	198.257	-198.257	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-49	-49
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3	-3
5.07.04	Benefícios Pós Emprego de Coligada	0	0	0	0	0	-46	-46
5.13	Saldo Final	2.405.982	0	0	1.995.759	0	837	4.402.578

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.120.618	4.302.660
7.01.01	Intermediação Financeira	1.120.618	4.302.660
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.084.434	-4.238.619
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.742	-5.549
7.03.04	Outros	-5.742	-5.549
7.04	Valor Adicionado Bruto	30.442	58.492
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.442	58.492
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	125.010	167.674
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	125.010	167.674
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.452	226.166
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	155.452	226.166
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.029	27.909
7.09.02.01	Federais	16.029	27.909
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	139.423	198.257
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	139.423	198.257

Comentário do Desempenho

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 30/03 de 2018 e de 2017, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 139 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 4.970 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,09 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 3,30.

ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 66.720 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 63.755 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 61.598 milhões, correspondentes basicamente a Recursos de Debêntures.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2018, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 3 de maio de 2018.

A Administração

Notas Explicativas

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERÍODOS DE 01/01 A 31/03 DE 2018 E DE 2017

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.(Nota 11). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 4 de maio de 2018.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:
- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) Investimentos - Em coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias: São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN e são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

f) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social (*)	20,00%	ISS	até 5,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

Notas Explicativas

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Resumo por Vencimento

	31/03/2018			31/12/2017	
	Custo	Valor de Mercado	%	0 - 30	Valor de Mercado
TÍTULOS PRIVADOS	16.932	16.932	100,0	16.932	17.002
Cotas de Fundos	16.932	16.932	100,0	16.932	17.002
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16.932	16.932	100,0	16.932	17.002
Títulos para Negociação	16.932	16.932	100,0	16.932	17.002
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)	16.932	16.932	100,0	16.932	17.002
% por prazo de vencimento			100%	100%	

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2017.

Notas Explicativas

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 31/03/2018 e 31/03/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

c) Análise de Sensibilidade - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

NOTA 5 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A DIBENS LEASING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

Ações Fiscais e Previdenciárias

A DIBENS LEASING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

A seguir apresentamos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Obrigações Legais:

Provisões	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/12/2017
	Obrigações Legais - Total	Obrigações Legais - Total
Saldo Inicial	136.714	127.200
Encargos sobre Tributos	1.496	9.514
Saldo Final (Nota 6c)	138.210	136.714

(*) Registrado em Outras Obrigações.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/12/2017
	Obrigações Legais - Total	Obrigações Legais - Total
Saldo Inicial	136.714	127.200
Apropriação de Rendas	1.496	9.514
Saldo Final (Nota 6b)	138.210	136.714
Reclassificação Para Ativos Dados em Garantia de Contingências	-	-
Saldo Final após a Reclassificação	138.210	136.714

(*) Registrado em Outros Créditos - Diversos.

Notas Explicativas

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 138.210 – Isonomia: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 138.210;

A DIBENS LEASING, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

NOTA 6 – TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	153.710	223.268
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (Nota 3e)	(69.170)	(100.471)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Coligadas	56.254	75.453
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	(1.371)	7
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(14.287)	(25.011)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2018
Refletida no Resultado	10.768	(2.261)	-	8.507
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	9.951	(2.261)	-	7.690
Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	817	-	-	817
Outras Provisões Inedutíveis	-	-	-	-
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-
Total (*)	10.768	(2.261)	-	8.507

(*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 167.110 (R\$ 170.102 em 31/12/2017) e estão compostos basicamente por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias R\$ 138.210 (R\$ 136.714 em 31/12/2017), Créditos Tributários R\$ 8.507 (R\$ 10.768 em 31/12/2017), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 17.736 (R\$ 19.686 em 31/12/2017), e Depósitos Garantia de Provisões Cíveis R\$ 2.657 (R\$ 2.934 em 31/12/2017).

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/03/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2018	-	0,0%	7.690	100,0%	7.690	90,4%
2021	817	100,0%	-	0,0%	817	9,6%
Total	817	100,0%	7.690	100,0%	8.507	100,0%
Valor Presente (*)	709		7.501		8.210	

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/03/2018 e 31/12/2017, não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não contabilizados.

Notas Explicativas

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/03/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Pagar/Recolher	10.188	27.171
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 5b)	138.210	136.714
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	817	817
Total	149.215	164.702

NOTA 7 - PERMANENTE - Investimentos

Empresa	Saldos em 31/12/2017			Movimentação até 31/03/2018				Saldos em 31/03/2018	Resultado de Participações em Controlada de 01/01 a 31/03/2017
	Valor Patrimonial	RNR	Total	Resultado de Participação em Coligada			Ajuste de TVM de Controlada e Outros		
				Lucro Líquido	RNR	Total			
PL									
Redecard S.A.	2.970.027	(393.987)	2.576.040	26.477	98.533	125.010	3	2.701.053	167.674

Empresa	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Nº de Ações Ordinárias de Propriedade da Dibens Leasing	Participação no Capital Social e Votante (%)
Redecard S.A.	3.865.210	15.751.345	139.180	127.820.698	19,02

NOTA 8 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (1)	Nº Registro na CVM	Emitida	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros	Juros
			Em Circulação		Em Tesouraria		31/03/2018	31/12/2017				
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017						
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	15	22	245	238	317.728	441.518	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	3	6	197	194	21.749	44.452	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	403	515	2.597	2.485	917.539	1.154.641	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única - BLAN15	SER/DEB-2005/013	1.200	25	25	1.175	1.175	106.510	104.844	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única (2)	SEP/GER/DEB-96/175	1.800.000	929.364	1.173.776	870.636	626.224	9.274.450	11.530.291	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	282	439	2.921	2.764	507.839	843.780	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	122.073	152.660	277.927	247.340	3.946.103	5.001.859	01/03/2035	01/10/2024	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	658	925	6.092	5.825	2.249.096	3.110.992	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	7.765	10.196	42.235	39.804	2.254.974	2.914.429	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-97/103	20	2	2	18	18	46.372	45.647	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
5ª Emissão - Série Única - BFBL15	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	221	414	3.279	3.086	418.804	773.168	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	461.795	547.061	1.038.205	952.939	15.596.687	18.187.424	01/03/2035	01/03/2035	No Vencimento	(1)
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	321.056	385.896	678.944	614.104	9.582.671	11.337.810	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	339.383	410.493	660.617	589.507	9.683.968	11.529.772	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
6ª Emissão - Série Única (2)	SRE/DEB/2005/012	2.400.000	570	570	2.399.430	2.399.430	2.460	2.422	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	34	53	2.366	2.347	128.943	195.100	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	352.210	419.976	1.647.790	1.580.024	6.542.349	7.679.076	01/03/2035	não há	No Vencimento	(1)
Total		10.170.533	2.535.859	3.103.029	7.634.674	7.067.504	61.598.242	74.897.225				

(1) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

Notas Explicativas

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.

Em Reunião do Conselho de Administração de 29/12/2017 foram declarados Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R\$ 150.450, à razão de R\$ 0,10 por ação, sendo R\$ 177.000 o valor bruto e R\$ 26.550 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações de Benefícios Pós Emprego	899	897
Ajuste de Avaliação Patrimonial	899	897

NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2018	31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/01 a 31/03/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	63.755.152	77.202.705	1.121.579	4.302.011
Itaú Unibanco S.A. Controlador	63.223.410	76.679.292	1.113.249	4.262.880
Banco Itaucard S.A. Ligada	531.742	523.413	8.330	39.131
Títulos e Valores Mobiliários	16.932	17.002	217	499
Fundos de Investimentos Exclusivos Ligada	16.932	17.002	217	499
Valores a (Pagar) a Sociedades Ligadas	(49)	(49)	-	(2)
Itaú Corretora de Valores S.A. Ligada	(49)	(49)	-	(2)
Recursos de Debêntures	(61.598.242)	(74.897.225)	(1.084.417)	(4.238.619)
Itaú Unibanco S.A. Controlador	(61.598.242)	(74.897.225)	(1.084.417)	(4.238.619)

(*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 5.947.408 e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos de 31 a 180 dias R\$ 531.742 e acima de 365 dias R\$ 57.276.002.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 31/03/2018:

	Taxas Anuais
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 100% do CDI Prefixada 6,40%

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas

NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Outras Despesas Administrativas – Totalizam R\$ (5.742) (R\$ (5.549) de 01/01 a 31/03/2017) e estão representadas basicamente por Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ (5.433) (R\$ (5.227) de 01/01 a 31/03/2017).

b) Gerenciamento de Riscos e Capital – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital– Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunet.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

Notas Explicativas

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

Notas Explicativas

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Notas Explicativas

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Notas Explicativas

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

- c) Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição Líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição Líder.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2018

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht

Contador CRC 1SP213429/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em reunião realizada em 04/05/2018, e após analisar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2018, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, em observância à disposição do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de janeiro a março de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em reunião realizada em 04/05/2018, e após analisar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2018, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, em observância à disposição do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.